

Uma certa ideia de cidade: popular, bairrista, pitoresca

Graça Índias Cordeiro

Resumo

Itinerário histórico pelas festas populares de Lisboa, enquanto dimensão interactiva da construção de significados partilhados pela população da cidade.

Lisboa, cidade de bairros populares¹

As cidades caracterizam-se pela sua singularidade. Não há duas cidades iguais e cada cidade, para além de todos os elementos comuns que a tornam comparável com outras, define-se em torno de um feixe de traços idiossincráticos resultante de factores ambientais, históricos, sócio-económicos, culturais. Privilegiar a dimensão cultural e simbólica de uma cidade não implica esquecer as outras dimensões que, interactivamente, fazem a cidade. Significa, sim, reconhecer o carácter estruturante que os discursos, imagens e performances públicas, cíclicas e quotidianas, desempenham na organização e transmissão do conhecimento sobre essa cidade e aceitar o seu papel activo na experiência que dela se tem. Significa, igualmente, reconhecer que, para além dos contextos de enunciação, que são importantes analisar, existe sempre uma dimensão interactiva que lhes subjaz, independentemente dos seus suportes serem visuais, escritos ou orais. A construção de significados partilhados pela população de

¹ Este texto retoma algumas partes do capítulo “Lisbonne et ses quartiers” in *Lisboa, un monde fait de tous les mondes*, catálogo organizado por Claude Archambault, Parc de La Villette, 5 Oct - 2003 - 25 Jan. 2004: 55-60.

uma cidade, ou parte dela, decorre, pois, de intrincados processos de interacção social, de confrontos e negociações entre práticas sociais e visões do mundo distintos, nomeadamente entre a “gente comum” e as “élites governamentais”. Tais processos, cuja complexidade não permite um maior desenvolvimento neste breve texto, contribuem para a definição de uma determinada ordem simbólica, historicamente contextualizada².

Olhar Lisboa através dos seus *bairros populares*, pode, pois, ser um bom ponto de partida. Tais bairros participam de um complexo processo de construção cultural do *popular* urbano que teve lugar ao longo do século XX, estabelecendo associações de imagens e significados cruzados entre certos bairros (Alfama, Madragoa, Castelo, Mouraria, Alcântara, Bica, Bairro Alto) certas actividades profissionais (varinas, pescadores, aguadeiros, criadas, lavadeiras, marinheiros, fadistas) certas performances festivas e lúdicas (bailes, arraiais, desfiles, jogos e concursos) e certas sonoridades (fado, marcha, danças). Tais elementos, em conjunto, contribuíram para a criação de uma visão do mundo peculiar, parte integrante de um certo imaginário urbano, revelador de uma cidade *popular e histórica*.

Entre outras definições possíveis, Lisboa pode, pois, caracterizar-se como uma *cidade de bairros*. De certos bairros, hoje designados *históricos* e/ou *típicos*, que simbolizam a cidade e que se associam, em simbiose, com outros traços distintivos da sua urbanidade: a sua situação ribeirinha, a sua topografia acidentada, o seu *hinterland* hortícola, as festas de Santo António em Junho, o fado³, os tipos populares. Embora estes elementos sejam hoje profusamente alimentados e reproduzidos com objectivos turísticos óbvios, não deixam por isso de pertencer a uma história local e a uma cultura urbana particular que ecoa e continua a alimentar a identidade de Lisboa.

A festa dos Santos Populares

De entre estes elementos, a festa anual da cidade assume um lugar particularmente relevante como motor da produção desta imagem. Esta festa, que tem lugar em Junho, mê em que se celebram os chamados santos *populares* – Santo António, São João e São Pedro –, organizada e financiada pelo governo municipal

² Ver Ruth Finnegan, 1998, Lorenza Mondada, 2000 e Peter J. M. Nas (ed.), 1993.

³ Sobre o fado, ver os trabalhos de Joaquim Pais de Brito, nomeadamente o catálogo da exposição *Vozes e Sombras*, 1994.

em estreita colaboração com algumas das múltiplas associações de bairro, ou *colectividades*, tem contribuído para a consolidação desta imagem de Lisboa polarizada em torno de bairros representados como microcosmos residuais de vida comunitária. Os *arraiais* que, durante este mês, enfeitam parte das ruas de alguns destes bairros e as *marchas populares dos bairros* que concorrem entre si num desfile ritualizado que, na noite de 12 de Junho, desce uma das avenidas principais da cidade, têm alimentado esta imagem forte de Lisboa. Sobretudo estas últimas encenam as especificidades de cada um dos bairros, definindo uma hierarquia de prestígio entre os bairros participantes. Assim expostos e exibidos pela festa popular, estes *bairros populares* são, actualmente, representações que integram a própria realidade social da cidade, que os instituiu como um dos seus bens patrimoniais mais preciosos. Representam a cidade, a sua memória, a sua história, o seu povo, sintetizam um conjunto de temas e comportamentos culturais específicos de Lisboa, e por isso são considerados *típicos*. *Varinas, fadistas, aguadeiros, vendedores ambulantes, marinheiros, saloios, criados e aristocratas*, são apenas algumas das figuras *típicas* que os *bairros* trazem para a rua, no desfile anual das marchas, invocando igualmente o mar, o rio, as hortas, os pregões, as fontes e os chafarizes, os eléctricos, os mercados... *Santos populares e bairros populares* confundem-se, assim, no imaginário e no ciclo anual da capital esclarecendo-se mutuamente na sua história e nos seus temas.

Reflectir sobre esta festa é reflectir sobre a relação entre políticas, projectos e patrimónios de cidade⁴. O modo como a festa dos santos populares em Lisboa, tanto do ponto de vista organizacional como da produção dos seus significados, tem contribuído para a construção de uma certa ideia de cidade, *popular, bairrista e 'pitoresca'*, é o caso proposto para reflexão. Reflexão que resulta de uma investigação etnográfica sobre o bairro da Bica, com utilização de fontes históricas, conduzida entre 1990-95 (Cordeiro, 1997) que tentou conciliar vários níveis de interpretação e escalas de análise: desde as situações vividas pelos actores, na mais elementar escala da convivência quotidiana, passando pela produção e circulação de imagens e imaginários, até às condições sócio-históricas destas práticas e representações⁵

Dividido em três tempos – 1903, 1934-35, 1992-95 – que correspondem, em larga medida, a duas escalas de abordagem decorrentes das fontes utilizadas

⁴ Sobre a recente noção de património imaterial, ver Joaquim Pais de Brito, 2004.

⁵ Sobre níveis de interpretação e escalas de análise, ver Alban Bensa, 1996: 42.

nessa investigação – imprensa local e trabalho de campo, em registo de “presente etnográfico” – este texto tenta identificar e mapear alguns dos aspectos a ter em linha de conta na análise destes processos complexos de produção de sentido que acompanham a afirmação de políticas de identidade em certos contextos sócio-culturais (Costa, 2002: 27).

Cada um destes três momentos revelam aspectos complementares desta festa que, entre as “heranças do passado” e as “exigências do presente” (Bensa, 1996: 51) se actualiza e reinventa ciclicamente, exemplificando a grande interdependência que existe entre o nível das interacções e situações reais e o das representações e *tradições* em nome das quais a festa é feita (Agier, 2001).

1903: Lisboa não tem uma festa anual popular...

Na passagem do século XIX para o século XX, Lisboa vivia intensamente as festas dos santos de Junho, sobretudo São João e Santo António, de uma forma que podemos considerar algo espontânea, com uma intervenção mínima do poder municipal na efervescência generalizada que durante algumas noites ocupava toda a cidade e, muito particularmente, “o seu coração”: Praça da Figueira, Rossio, Avenida. A festa, com os seus excessos inevitáveis, invadia as ruas e largos da cidade com enfeites, iluminações, fogueiras, bailes, música e grupos de jovens em “ranchadas” e “marchas aux flambeaux” barulhentas e vistosas, que se dirigiam às fontes e chafarizes, ao Rossio e Praça da Figueira, visitavam os jornais sediados no Bairro Alto e colectividades. Tais festividades incluíam não apenas elementos de fundo rural, fruto da conjuntura sócio-demográfica da cidade nessa época, como também incorporavam toda uma gama de aspectos diversificados, específicos da organização social e cultural de uma cidade – como bem exemplifica o ênfase posto nas iluminações públicas, numa cidade ainda maioritariamente às escuras, nos pontos de abastecimento de água e comida, lugares por excelência de intenso convívio inter-classista e inter-étnico.

Contudo, a ausência de uma “grande festa anual” aglutinadora de um conjunto diversificado de intencionalidades políticas, era um dos temas recorrentes de muitos dos que se dedicavam a escrever sobre Lisboa, nesta época. A transformação de formas mais ou menos caóticas e espontâneas de fazer a festa numa grande “festa popular” que implicasse toda a cidade e a projectasse para o exterior, trazendo-lhe benefícios materiais e simbólicos, era preocupação de quem tinha responsabilidades intelectuais e políticas, e surgia como central na planificação de um desenvolvimento nacional futuro.

O artigo publicado no dia 12 de Junho de 1903, no *Diário de Notícias*, propondo um novo modelo festivo que soubesse aproveitar as espontâneas festas do Santo António, é bem revelador deste espírito⁶:

Em todas as cidades, mesmo nas mais importantes, preocupa por igual as municipalidades e o comércio, a celebração de festas populares que lhes tragam das províncias e sendo possível do estrangeiro, alguns milhares de forasteiros. Uma das condições para o bom êxito comercial destas festas é, evidentemente, a tradição. Não se introduzem facilmente nos costumes do povo hábitos novos. As grandes festas populares precisam estar já consagradas por umas poucas de gerações. Contrariamente a outras cidades europeias que souberam valorizar algumas tradições tornando-se um ponto de atracção internacional por um curto período de tempo - Nice, com o seu Carnaval, Roma, com a Semana Santa, Sevilha com a sua feira, Paris com o "grand prix" - Lisboa não tem uma festa popular que lhe traga da província e mesmo de além da raia alguns comboios repletos de forasteiros. E, no entanto, há uma festa em Lisboa que se fosse devidamente explorada podia, com o tempo, vir a rivalizar com as mais afamadas do género: os festejos de Santo António cujas decantadas vésperas são hoje celebradas pelos conterrâneos do mais popular dos santos... Nem a Câmara Municipal nem o comércio de Lisboa tentaram jamais explorar a valer estes festejos, que não somente têm a seu favor a tradição, mas ainda a vantagem de se realizarem em uma estação propícia para viagens e antes do êxodo dos lisboetas para o campo, para as termas e para as praias. A não ser a iluminação da Praça da Figueira, em todo o resto de Lisboa é unicamente o povo quem faz a festa e quem deita os foguetes.

E o autor completa a sua crítica, propondo um modelo para esta festa:

Durante três noites – os festejos não deviam durar mais de três dias – em todas as praças de Lisboa (Camões, largo do Intendente,

⁶ É bem possível que este pequeno texto de divulgação se tenha inspirado num outro intitulado - *Proposta e esboço do plano geral de uma grande festa anual da cidade*, da autoria do vereador José Inácio Dias da Silva e publicado, em edição restrita, pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1900.

Flores, Rato, Alcantâra, Graça, Príncipe Real, Avenida, Alfama) por toda a parte onde houvesse um largo apropriado, estaria uma banda regimental, uma filarmónica ou um simples sexteto tocando valsas, polcas e contradanças, entremeados com o vira, o fado nacional e o rasga. O Rossio ficaria reservado para os Sol e dó e descantes tradicionais da colónia ovarina.(...) realizar-se-iam três grandes touradas com atractivos suficientes para chamar os aficionados de além da raia, obtendo-se excepcionalmente para essas três corridas a permissão para a morte dos touros(...) no hipódromo de Belém um grande concurso de feira de gado(...). A feira de Alcantâra, que já existe, poderia ser removida para mais vasto local (...) constituindo assim mais um atractivo para o povo (...) Um grande fogo de artifício oferecido pela Associação Comercial e pela Companhia de Viação seria queimado na ultima noite dos festejos na parte mais elevada do parque Eduardo VII, seguindo-se uma “retraite” e “marche aux flambeaux”, em que tomaria parte a guarnição militar de Lisboa. E finalmente, o toque de recolher, executado por todos os clarins e tambores da guarnição anunciaria o fim das festas de Santo António...

E conclui que:

As festas de Santo António de Lisboa deviam ser para o comércio da capital uma grande fonte de receita à farta. O povo em barda divertir-se-ia durante três noites e três dias e quem não quisesse gastar dinheiro tinha os bailes campestres, o fogo de artifício, a feira de Belém, a marcha “aux flambeaux”, etc. Os forasteiros pagariam tudo. (Diário de Notícias, 12-6-1903).

Este texto ilustra bem as preocupações de uma certa intelectualidade da época. Os ecos do projecto esboçado nesta citação soam no modelo que, finalmente, nos anos 930, tanto irá contribuir para a afirmação do projecto ideológico do Estado Novo.

Na realidade, o projecto e o processo de institucionalização e folclorização das festas de Santo António, nesse momento ainda “unicamente feitas pelo povo” inicia-se muito antes dos anos 30. O que neste texto se explicita com clareza é, por um lado, a vantagem económica que tais festas trariam à cidade de Lisboa, e, por outro, a permanência de alguns elementos estruturantes destas mesmas festas, como sejam a dimensão lúdica das atracções de feira, os bailes campestres

e as marchas *aux flambeaux*. Mas se, explicitamente, o núcleo central desta proposta inovadora era constituído pela articulação entre uma organização centralizada pelo poder municipal e essoutra vertente da festa, popular e mais próxima da “arraia-miúda” da urbe, implicitamente, era feito, igualmente, um apelo à unidade cultural de Lisboa, valorizando essa *tradição* – as festas do Santo António – unificadora de todo um povo urbano, diverso e espartilhado. Quando o autor afirma que *uma das condições para o bom êxito da festa é a tradição...*, fica claro que o novo tem de surgir do velho e, sobretudo, que a festa anual de uma cidade tem de saber congregar toda a diversidade que a povoa, tem de se organizar em torno de um símbolo motivador de certas práticas. O *Santo António* lisboeta surge assim como uma “festa emblemática” da cidade de Lisboa que se afirmará plenamente na década de trinta.

1934-35: institucionalização e folclorização de uma festa

Vale a pena avançar até aos anos de 1934 e 35 como um dos momentos cruciais na definição do modelo festivo que ainda hoje permanece, com ligeiras alterações. Foi nestes anos que o concurso das *marchas populares dos bairros* se integrou nas *Festas da Cidade* como um dos seus momentos mais altos, após um primeiro ensaio em 1932, sob iniciativa privada.

Convém relembrar que tais festas anuais assumiram, nestes anos, um importante papel na propaganda de um regime ditatorial recém-criado, com uma componente populista forte – bem explicitados na própria designação das festas, dos santos, dos bairros... Mas o mais curioso – e que também não se deve esquecer nem ocultar – é que o modelo lançado nestes anos continua ainda, *grosso modo*, a estruturar o actual figurino das festas de Junho. Vejamos quais os significados atribuídos aos bairros, através do desfile das “suas” marchas.

Em 1934, um dos pontos mais altos desta festa era o seu cortejo festivo, que abria com um *carro triunfal da Cidade* transportando um velho marítimo, que simbolizava o Tejo; *depois as marchas dos doze bairros, cada uma com sua filarmónica, seus vinte e quatro pares e doze arcos fantásticos e luminosos*, (*Diário de Lisboa*, 11-6-1934⁷). Cada marcha representava um *topos* da história da cidade, associando certos lugares a certos temas, de uma forma mais ou menos vaga, e ocupava um lugar pré-definido na ordem do desfile, desde Sete-Rios, cujos pares de marchantes representavam ceifeiros, seguida de Campo de

⁷ Nestes anos, o ciclo festivo iniciava-se no 10 de Junho.

Ourique (com um *trajo de fantasia moderna*), Alto Pina (*minhotos*), S. Vicente (*criadinhos e vilões nobres do séc. XVIII*) Bairro Alto (*tricanas e estudantes*), Ajuda (*marujos e galos da Torre da Ajuda*), Alcântara (*trajos populares do séc. XVIII*), Benfica (*saloios*), Santo Amaro (*galegos séc. XIX*). Seguiam-se a estas evocações sincréticas de ruralismo, história e folclore, Mouraria e Alfama, bairros antigos que cercam o castelo e lembram as origens da cidade, evocando uma, o fado, com as suas *severas e fadistas*, outra, a história, com os seus *remadores das galeotas reais e mulheres de capote e lenço*; e a finalizar ...

...os pescadores e varinas da Madragoa, honrada gente do mar, que vem de vilas e aldeias laboriosas e que na capital moureja com a graciosidade das suas cinturinhas da Murtosa e com a energia dos seus pés descalços (...) Gente que sabe trabalhar e folgar, de tal forma e com tal jeito que para eles irá talvez o primeiro prémio, senão por critério do júri, pelo menos por vontade expressa do povo soberano.

(*Diário de Lisboa*, 11-6-1934)

A fechar o desfile a vocação marítima de uma nação, representada num “bairro-símbolo” – tema recorrente até hoje, muito embora o primeiro prémio, neste ano como nos seguintes, tivesse ido para Alfama, que então já era objecto de um insistente processo de patrimonialização.

Mas foi em 1935 que este *cortejo pitoresco, quadro admirável de vida, luz e de movimento, marcha bizarra de cor em que perpassa todo o lirismo característico da gente portuguesa* (*Diário de Notícias*, 9-6-1935) se instalou definitivamente com lugar de relevo nas festas da cidade, tendo sido, a partir daqui, encarado como um dos seus números mais atractivos. O modelo era em tudo semelhante ao de 1934. A primeira página do *Diário de Notícias* de 9 de Junho anunciava em letras destacadas o *desfile das Marchas Populares*, com um texto de fundo em forma de hino a Lisboa, ilustrado por Bernardo Marques, tecido em torno da letra da *Grande Marcha de Lisboa*, com letra de Norberto de Araújo e música de Raúl Ferrão, um dos temas dos catorze “bairros” que nessa noite cruzariam a cidade desde o Terreiro do Paço até ao Parque Eduardo VII:

*Ai! Vai Lisboa!
Com a saia cor do mar
e cada bairro é um noivo
que com ela quer casar...*

A marcha dessa noite, *a voz de Lisboa*, falava de si própria, *espalhada por todos os seus bairros maneirinhos, neste, um recanto pitoresco, o perfil de uma igreja antiga; naquele um jardim onde brincam meninos e meninas de olhos muito negros, noutra a vista do rio e do mar, noutra o campo verde, com hortas e sebes floridas. E por toda a parte a humildade e grandeza, traço de história e de saudade...*

(*Diário de Notícias*, 9-6-1935)

Alfama, *bairro marinheiro, de fidalgos e de gente que vinha de todo o mundo*, Graça, Santa Clara, S. Vicente e S. Miguel *das colinas altaneiras*, Campolide, Benfica, Campo de Ourique e Chelas *que trazem na roda larga das saias das raparigas frescuras da relva tenra, primavera e mocidade*, Madragoa do Tejo, *corações nos peitos das varinas*, Alcântara e Ajuda, *lenços que dizem adeus a quem parte e a quem volta das águas salgadas*, Castelo e Mouraria, *bairros velhos onde a cidade nasceu*, foram estes os catorze bairros simbolizados pelas marchas, numa primeira partilha de temas históricos e míticos do imaginário de Lisboa, cuidadosamente seleccionados entre tantos outros possíveis.

Como no ano anterior, no seu conjunto, as marchas representavam três grandes lugares temáticos da cidade, numa alusão a mundos já perdidos ou em vias de se perderem: as áreas ribeirinhas e a relação com o rio-mar, a periferia ainda ruralizada da região saloia e o velho sítio da cidade, alcandorado nas imediações do castelo de São Jorge, a evocar a reconquista cristã de Lisboa aos mouros e o “bairro-berço” de Santo António.

Alguns estereótipos sobre certa população de Lisboa, definidos em torno de uma pertença regional ou de uma actividade de rua - minhotos, varinas, vendedores ambulantes, fadistas - preenchem esta representação espaço-temporal da cidade. Eram estes os grandes temas e personagens tipificadas sobre os quais se foram tecendo, até hoje, as múltiplas variações definidas por cada marcha. Do ponto de vista da ordem do desfile, o lugar de relevo ficou reservado para a representação dos três bairros mais antigos da cidade : Alfama, Mouraria e Castelo. O mito da fundação e a ancestralidade de certos lugares ultrapassou, nestes primeiros anos do Estado Novo, o sabor marítimo da zona ribeirinha de uma cidade. Aquilo que havia sido valorizado em 1934, e que talvez não tivesse sido mais do que um inteligente aproveitamento da vivência real de um bairro polarizado em torno da recolha e do comércio do peixe, como era o caso da Madragoa, fugia um pouco ao programa geral das festas desse ano, muito

centrado no espectáculo de uma história “grande” da fundação da cidade, de um regime, de uma ideologia⁸.

Nesses anos ficaram claramente definidos, para os anos seguintes, alguns parâmetros organizacionais, não só através da prática relacional que implicava as “associações de cultura e recreio” ou “colectividades”, como intermediárias entre as comissões do poder municipal e a população dos bairros – activando todo um conjunto de trocas financeiras, de bens, de serviços, de informação, de tecnologias, de influências, etc., que assim fortaleciam os elos de dependência e de controlo dessas mesmas colectividades (em relação, por exemplo, à construção simbólica do seu bairro) – como através da fixação escrita de regulamentos, relatórios, protocolos publicitados em jornais, folhetos oficiais, etc. Foi assim que a “história das marchas”, os seus temas, a centralidade dos arcos iluminados ou de algum outro acessório, o reforço dos laços de interconhecimento pessoal e a criação de novos ao longo dos ensaios, se foram reproduzindo e integrando na memória dos grupos sociais que viveram esta implicação nas marchas, de forma a que o passado real e o passado imaginado se acabaram por confundir num único e consensual mito de origem do bairro e da sua marcha. Como bem ilustra o que se segue...

1992-95: informantes, antropólogos e a cultura em construção

A participação do bairro da Bica neste concurso, através de uma das suas associações – *Marítimo Lisboa Clube* – ocorreu pela primeira vez em 1952, de forma quase inesperada. De acordo com o testemunho de um então jovem habitante do bairro, hoje com perto de 70 anos, teria sido quase um acaso a sua participação, fruto de relações de interconhecimento pessoal entre indivíduos pertencentes a duas colectividades:

A “Tuna Comercial de Lisboa”, que é na rua dos Fanqueiros, nunca tinha entrado na marcha. E queria levar a marcha. E qual era a marcha que eles pensavam fazer? A marcha dos pretos, das pessoas de cor. Mas começaram e não conseguiram. E então vieram aqui

⁸ *Lisboa é o mundo mesmo (...)* para Fernando Pessoa, afirma Alfredo Margarido, na introdução à edição dos três poemas sobre os “santos populares”, escritos pelo poeta nesse ano de 1935 (1986), acrescentando que *a cidade é a única vera organização urbana portuguesa, capaz de elaborar e de controlar a totalidade dos mitos nacionais. Circular em Lisboa é assumir a essência da história cultural portuguesa, e a sua topografia remete para a história da fundação* (43).

pedir, se a gente não se importava de tomar conta da marcha... Vieram aqui os tipos, Jorge d'Ávila, Artur Marta e o presidente da "Tuna Comercial de Lisboa", para pedir à gente, que eles não se entendiam com a marcha. E o saudoso Mário Ramski que foi um grande bailarino, foi o homem que abriu os olhos às marchas todas (...) que tinha sido contratado pela tuna para ensaiar a marcha. A gente não o conhecia. E eu, mais um rapaz (...) disse que ajudava o que pudesse: "Vão descansados que a gente trata disso". Agarro num papel e ponho ali: "Admite-se marchantes". Apareceram logo mais de 48 figuras e arranjaram-se logo dez casamentos, isso é que é!

Nesse ano a Marcha da Bica, recém nascida, *chegou, foi vista e venceu* (*Diário Popular*, 24-6-1952), tendo, nos três anos seguintes em que se realizou este concurso – 1955, 1958 e 1963 – repetido a proeza! Desde logo com um tema de base, atribuído com base numa associação clara entre o nome do bairro e uma profissão das mais visíveis no passado da cidade, evocando ainda as bicas, fontes e chafarizes existentes nesta área: o aguadeiro.

Convém assinalar que até essa data o bairro da Bica era um lugar pouco visível na cidade de Lisboa. De reduzida dimensão, assemelhava-se, do ponto de vista da sua topografia, composição social e vivências quotidianas a outros "bairros populares" (Cordeiro, 1997; Costa, 1999); no entanto, é só a partir deste momento e devido à sua participação nestas festas, que ele se integra no conjunto destes bairros considerados como emblemáticos da cidade.

Em plenos anos 90, deparamo-nos com esta mesma associação – o Marítimo – a organizar as festas, com um punhado de jovens, na sua maioria "filhos do bairro", empenhados em relançar a "tradição da marcha da Bica" desde 1989 – ano em que, após uma interrupção de quase uma década, o concurso das marchas voltou à rua organizado pela municipalidade.

A preparação da marcha é lenta e trabalhosa, levando meses até ao momento da exibição final. Em próxima relação com os departamentos da Câmara Municipal de Lisboa financiadores do evento, a marcha da Bica envolve sócios e amigos do *Marítimo*, com relações de cumplicidade, familiares ou não no bairro – mesmo quando não o habitam.

O aguadeiro continua a ser a sua figura tutelar, e toda a produção artística – arcos, fatos, letras das canções (marchas), cooreografias, narrativas – tem respeitado, desde o seu início, esta figura emblemática da marcha e do bairro, incorporado pelo marchante masculino, que tem emparelhado, ao longo dos anos, com vendedeiras de flores, de fruta e até, de peixe.

A informação compilada para as “novas ideias” que cada ano vão surgindo, provém de uma variedade de fontes: livros antigos, gravuras encontradas em alfarrabistas, fotografias cuidadosamente guardadas, uma informação dispersa recolhida aqui, outra conversa tida ali... Num suporte mais visual ou mais narrativo, a peça da marcha vai-se compondo, num trabalho ininterrupto de sistematização que vai dando um significado facilmente identificável a um passado que, cada ano que passa, se vai recriando um pouco melhor. O conjunto dos arcos, dos fatos, da coreografia, das marcações acabam por produzir uma unidade de significado, rapidamente reconhecível por todos. Este processo criativo é sempre único e depende, em última análise, dos indivíduos implicados em cada ano – que discutem, que escolhem, que fazem a festa, num permanente processo de negociação a várias escalas.

Em 1995 a Bica surge, repentinamente, com um outro tema. Após ter sido a marcha vencedora do concurso em 1992, e após dois anos de pontuações relativamente baixas, a marcha surge com a figura do “marítimo”, numa vontade clara de renovar a sua imagem, por um lado e, por outro, fazer adequar o tema da marcha à “realidade histórica” do passado sócio-profissional do bairro, uma vez que esta tinha sido uma das actividades masculinas mais comuns – facto reconhecido, não apenas pelos vários “marítimos” aposentados habitantes do bairro, como ainda reforçado por um artigo publicado pela “antropóloga em campo”, como resultado da pesquisa de arquivo feita, com base numa recolha de registos de baptismo e nascimento (Cordeiro, 1994). Esta pesquisa confirmava, afinal, aquilo que todos sabiam mas que não valorizavam particularmente, não estabelecendo qualquer relação entre o “real” substrato sócio-profissional do bairro e a figura escolhida como “símbolo” do bairro na marcha.

Assim, a tentativa de construção, por parte de alguns dos “obreiros” da marcha, de uma tradição historicamente mais “verdadeira” esbarrou com uma tradição já bem enraizada no bairro, de identificação com a figura do “aguadeiro” – muito embora tenha surgido de “fora”, com nenhuma correspondência sócio-profissional a nível do bairro. O resultado foi pouco feliz – desde os marchantes que não souberam marchar “à marinheiro”, habituados que estavam a marchar de barril de água ao ombro, até aos apoiantes da marcha que não se identificaram com a alteração, criticando-a. Nesse ano a marcha da Bica teve uma pontuação baixa, e no ano seguinte voltou a apresentar-se com o seu “aguadeiro”, deixando cair no esquecimento este triste episódio.

A associação “Bica-aguadeiro” resultava, sem dúvida melhor, por uma série de razões que, em simultâneo, contribuíam para a sua permanência. Descendo à escala vivencial próxima das memórias mais afectivas de parte dos

habitantes do bairro, as recordações mais felizes da marcha situavam-se na década de 50, em que o bairro deslumbrara a cidade com os seus jovens namorados a representar “aguadeiros”, hoje avós e pais da actual geração dinamizadora da marcha. Apesar do “aguadeiro” não corresponder a nenhuma profissão particularmente notada no bairro, havia sido uma das profissões mais populares na cidade de Lisboa, constituindo a sua apropriação por parte do bairro a verdadeira “tradição da marcha”, o que era rigorosamente verdade, já que com ela nascera! O que nos leva a um outro nível de interpretação mais amplo, que transcende a estrita relação interna da marcha com o seu bairro. À escala da cidade, no jogo de representações cruzadas que as marchas entre si tecem, ocupando cada uma um *topos* da sua história urbana, o “aguadeiro” ocupa um lugar particularmente forte do seu imaginário, pela sua relação com a água que abastece uma cidade através das “bicas” (da Bica), permitindo narrativas sempre renovadas de associação destes termos. Mais do que uma particularidade atribuída a este bairro, o aguadeiro significa a identidade de toda a cidade reflectida na Bica, criando a inseparabilidade deste par. O que, de certo modo, acontece igualmente com outros bairros. As varinas da Madragoa, os fadistas da Mouraria, os saloios de Benfica eram, afinal, “figuras típicas” que circulavam por toda a cidade. Mas se nestes casos parece haver uma “evidência histórica” que justifica a atribuição do tema ao bairro, pela presença destas “figuras” nos bairros, no caso da Bica esta evidência não existe, sendo puramente simbólico este atributo do bairro – não deixando, por isso, de ser particularmente forte e persistente, como bem ilustra o episódio atrás descrito.

A festa permite-nos, assim, observar a construção de identidades culturais em vários planos, relacionais e simbólicos, através de uma selecção e actualização diferenciada de certos atributos, escolhidos de um modo criativo entre várias possibilidades.

A afirmação política desta identidade é, talvez, um dos seus aspectos mais interessantes, participando deste processo várias entidades, tanto institucionais como individuais, situados em escalas e posições diferentes da vida urbana. E todos estes corpos participam activamente numa construção cultural de uma cidade *popular, pitoresca e bairrista*, sendo as colectividades e a municipalidade os seus principais actores.

Inspirando-me na tipologia proposta por António Firmino da Costa (2002) para a análise da identidade cultural, é como se encontrássemos, a propósito desta festa, formas particularmente *entrelaçadas* de expressão de identidades colectivas, num compósito onde as identidades *experimentadas* (pelos actores) e *designadas* (do exterior) se misturam indissociavelmente, seleccionando,

incorporando e actualizando discursos e ícones de cariz histórico-patrimonialista num quadro de práticas de sociabilidade específicas, tanto internas ao bairro como com o exterior. O que esta festa nos revela de uma forma muito clara, através de uma particular *tematização* em torno de um conjunto de elementos que sugerem uma continuidade com o seu passado e a sua memória, é afirmação de um projecto identitário específico, cuja interpretação obriga a alargar o eixo temporal de análise.

Mas este tipo de pesquisa etnográfica revela ainda uma outra dimensão importante para a sua análise e que se prende com aspectos de natureza mais metodológica: não apenas o lugar particularmente ambíguo e movediço do *informante*, como também o do próprio antropólogo implicado na realidade que estuda, através de uma presença particularmente participativa (Agier, 1997). Se é certo que os informantes dos antropólogos são, frequentemente, mais do que apenas os actores de determinadas situações, os reais *autores* de novas narrativas, detentores, amiúde, da iniciativa de micro-estratégias identitárias, como se tivessem o mundo inteiro como interlocutor (Agier, 2001: 18), não menos certo é que, nestes contextos, o lugar do antropólogo é também incerto na medida em que a sua investigação resulta de uma negociação permanente. É Michel Agier quem afirma, num texto sobre a relação contemporânea entre identidade e cultura (2001) que hoje em dia o etnólogo se encontra, cada vez mais, perante *culturas identitárias em fabricação* que já não lhe permitem a simples descrição da cultura como um produto acabado, parte de um (im)possível inventário. Neste sentido, e perante a complexidade crescente das realidades locais, a abordagem situacional das culturas e das identidades por parte de um observador inserido nas interações e situações reais, deveria constituir instrumento obrigatório para a compreensão das lógicas observadas directamente e, por outro lado, como um princípio de vigilância antiexótica da antropologia (23).

Referências bibliográficas

- Agier, Michel (dir.), 1997, *Anthropologues en dangers. L'engagement sur le terrain*, Paris: Editions Jean-Michel Place
- Agier, Michel, 2001, "Distúrbios identitários em tempos de globalização" *Mana. Estudos de Antropologia Social*, vol. 7 (2): 7-33
- Bensa, Alban, 1996, "Vers une anthropologie critique" in Revel, Jacques (dir) *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris: Seuil, 37-70

- Brito, Joaquim Pais, (org.) 1994, *Vozes e Sombras*, 1994, catálogo de uma exposição, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia
- Brito, Joaquim Pais, 2004, “Le patrimoine immateriel: entre les pratiques et la recherche” in *Le patrimoine culturel immateriel: les enjeux, les problématiques et les pratiques*, Internationale de l’Imaginaire, Nouvelle Série n° 17, Paris: Maison des Cultures du Monde, 151-160
- Cordeiro, Graça Índias, 1994, “A construção social de um bairro de Lisboa: a vocação marítima da Bica através dos seus registos de baptismo e nascimento (1886-1970)” *Ler História*, 26: 125-144
- Cordeiro, Graça Índias, 1997, *Um lugar na cidade. Quotidiano, memória e representação no bairro da Bica* Lisboa: Dom Quixote
- Cordeiro, Graça Índias, 2003 “Lisbonne et ses quartiers” in Archambault, Claude (org.) *Lisbonne, un monde fait de tous les mondes*, Catalogue d’une Exposition, Paris, La Villette: 55-60
- Costa, António Firmino, 1999, *Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras: Celta
- Costa, António Firmino, 2002, “Identidades culturais urbanas em época de globalização” *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (48): 15-30
- Finnegan, Ruth, 1998 *Tales of the City. A Study of Narrative and Urban Life*, Cambridge: Cambridge University Press
- Margarido, Alfredo, 1986, “Introdução” in Pessoa, Fernando *Santo António, São João, São Pedro*, Lisboa: Regra do Jogo, 9-72
- Mondada, Lorenza, 2000, *Décrire la ville. La construction des savoirs urbains dans l’interaction et dans le texte*, Paris, Anthropos
- Nas, Peter J. M. (ed.), 1993, *Urban Symbolism*, Leiden, E.J.Brill (Studies in Human Society)
- Silva, José Inácio Dias, 1900 *Proposta e esboço do plano geral de uma grande festa anual da cidade*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa

BRANCA